

**UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO**

**PATRÍCIA CESTARI**

**EDUCAÇÃO INFANTIL EM PAUTA:**  
**Produção de um suplemento de revista especializado na educação**  
**de crianças de zero a seis anos**

**BAURU**  
**2007**

**UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO**

**PATRÍCIA CESTARI**

**EDUCAÇÃO INFANTIL EM PAUTA:  
Produção de um suplemento de revista especializado na educação  
de crianças de zero a seis anos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, sob orientação da Profa. Ms. Roseane Andrelo.

**BAURU  
2007**

C422e

Cestari, Patrícia.

Educação infantil em pauta : produção de um suplemento de revista especializado na educação de crianças de zero a seis anos. / Patrícia Cestari. -- 2007.  
52 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Roseane Andrelo  
Trabalho de conclusão de curso (Jornalismo) -  
Universidade do Sagrado Coração - Bauru - SP.

1. Jornalismo especializado 2. Educação infantil  
3. Estilo magazine 4. Suplemento I. Andrelo, Roseane  
II. Título.

**PATRÍCIA CESTARI**

**EDUCAÇÃO INFANTIL EM PAUTA:  
Produção de um suplemento de revista especializado na educação  
de crianças de zero a seis anos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, sob orientação da Profa. Ms. Roseane Andrelo.

**BANCA EXAMINADORA:**

**Prof. Ms. Márcia Buzalaf**

\_\_\_\_\_

**Prof. Ms. Roseane Andrelo**

\_\_\_\_\_

**Prof. Ms. Sandro Paveloski**

\_\_\_\_\_

**Bauru, 03/12/2007.**

## AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, a minha orientadora Roseane, por me manter com os pés no chão todas as vezes que eu sonhei demais, por toda a paciência desde o início deste projeto, pelas horas extras que ela fez por minha causa, por me ajudar sempre que precisei e pela orientação não somente para a monografia.

À professora Maria do Carmo Kobayash, pelas dicas de leitura e orientação na parte de Educação Infantil.

À equipe da EMEI Leila de Fátima Alvarez Cassab, afinal, a inspiração para a realização deste trabalho veio da convivência e dos trabalhos lá desenvolvidos.

A todos os professores e funcionários da Universidade do Sagrado Coração, que tanto colaboraram para a minha formação durante os últimos quatro anos.

Aos amigos e colegas de curso, pelas muitas risadas e trabalhos juntos.

Aos amigos de outras épocas, que fazem parte da minha vida até hoje.

Ao Du, meu melhor amigo e companheiro há 11 anos.

Ao pessoal da Rádio 96fm, pelos impulsos e incentivos neste final de curso e, principalmente, pela oportunidade de estar lá.

Ao João Victor, por estar ao meu lado e me ajudar quando precisei.

À minha família, por todo apoio, compreensão e infinito amor que a mim sempre dispensaram.

A Deus, por possibilitar que o meu maior sonho se tornasse realidade. Ser uma jornalista.

**“A Educação é uma atividade criadora que traz à existência aquilo que ainda não  
existe”.**  
**Rubem Alves**

## RESUMO

A pesquisa “Educação Infantil em pauta - produção de um suplemento de revista especializado na educação de crianças de zero a seis anos” tem como objetivo a elaboração de um veículo de comunicação que traga informações sobre este nível de ensino. As poucas publicações já existentes apresentam algumas limitações: são, em sua maioria, meramente factuais, sem que haja uma cobertura mais contextualizada; as fontes oficiais predominam, não havendo a pluralidade de opiniões, e muitas revistas especializadas são produzidas por docentes, sem um tratamento jornalístico adequado. Por isso e devido à importância do tema, propõe-se a criação de um segmento editorial seguindo o estilo magazine – veículo que permite a maior segmentação e aprofundamento do assunto. Foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre educação infantil, responsabilidade social do jornalista, a educação na mídia e o estilo magazine. Logo após, um suplemento sobre o tema proposto foi confeccionado, caracterizando a parte prática da monografia, desenvolvida no segundo semestre de 2007, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Jornalismo pela Universidade do Sagrado Coração.

**Palavras-chave:** Jornalismo especializado, educação infantil, estilo magazine, suplemento.

## SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i> .....	8
<i>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</i> .....	11
2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	12
2.2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO JORNALISTA .....	19
2.3 A EDUCAÇÃO NA MÍDIA .....	21
2.4 A EDUCAÇÃO INFANTIL NA MÍDIA.....	24
2.5 O ESTILO MAGAZINE .....	27
<i>3 DESENVOLVIMENTO</i> .....	32
3.1 JUSTIFICATIVA .....	33
3.2 OBJETIVOS.....	35
3.2.1 GERAL.....	36
3.2.2 ESPECÍFICOS .....	36
3.3 METODOLOGIA.....	37
3.4 PROPOSTA.....	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	42
REFERÊNCIAS .....	45
APÊNDICES .....	48



**INTRODUÇÃO**

Um lugar seguro com pessoas responsáveis e pacientes para cuidar de crianças de zero a seis anos. Segundo a Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, este conceito sobre a educação infantil é equivocado. As creches e pré-escolas têm o dever proporcionar um ambiente adequado, com profissionais competentes e devidamente qualificados para estimular o desenvolvimento social e intelectual da criança de zero a seis anos. Os primeiros anos de vida são fundamentais por serem o período em que a criança tem um maior poder de assimilação e absorção das informações que lhes são passadas. Estudos comprovam que, até os três anos de idade, a criança forma 90% das conexões cerebrais devido a estímulos vindos do ambiente e recebidos por pessoas que a cercam (UNESCO, 2003).

Informações como essas são essenciais, principalmente para pais com filhos nesta fase escolar, porém, de difícil acesso à comunidade em geral. Dentro da editoria de educação, a educação infantil é a menos pautada pelos jornalistas em geral. As publicações específicas não seguem os padrões jornalísticos, sendo escritas, na maioria das vezes, por especialistas e educadores e não por profissionais da comunicação.

Diante disso, o presente trabalho visa elaborar um suplemento para revista contendo reportagens abrangentes, informativas e reflexivas sobre o tema Educação Infantil.

Outro problema apontado é que, muitas vezes, as pautas sobre educação limitam-se a fatos divulgados pelo governo, sobretudo o federal. As fontes, na maioria das vezes, também se restringem às oficiais, não buscando opiniões de especialistas e pessoas diretamente envolvidas no assunto. A pluralidade, além de dar maior credibilidade ao texto, é uma forma de humanizar a matéria. Além de possibilitar a informação à sociedade, a presença do assunto na mídia se torna uma forma de chamar a atenção das autoridades do país para que este nível de ensino – principalmente o ensino público – torne-se prioridade na agenda social brasileira (2003).

O produto proposto seguirá as características do estilo magazine, com textos aprofundados e atraentes que fujam de pautas meramente factuais para possibilitar ao leitor o conhecimento e a reflexão sobre o assunto em foco. Por se tratar de texto para revista, ele deverá conter o maior número de fontes possível, trazendo uma melhor contextualização do tema.

Os assuntos escolhidos para formar o suplemento foram propostos pensando em uma maior diversificação de temas para ser explorados. A primeira matéria, relacionada à cobertura da educação pela mídia, foi escolhida para abrir o suplemento como sendo

uma justificativa para a criação daquele segmento editorial. A segunda matéria está relacionada a um assunto de importância nacional em função da implantação de uma nova lei que reduz os anos na educação infantil e acrescenta no ensino fundamental. A terceira é relacionada à inclusão. O tema é bastante explorado principalmente quando se trata da colocação de pessoas com necessidades especiais no ensino fundamental, médio e no mercado de trabalho, mas não na educação infantil. A última matéria relata uma ação diferente de uma escola seguida de uma contextualização, com opiniões de especialistas sobre aquele acontecimento. Por último, foi colocado um artigo. A idéia é abrir espaço para que os profissionais da educação escrevam sobre temas interessantes.

## ***2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA***

## **2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

O acesso a creches e pré-escolas é parte do direito de todo brasileiro de desenvolver suas capacidades e não apenas um local seguro no qual os pais possam deixar os filhos enquanto trabalham (VIVARTA, 2003, p.12).

Os cuidados com crianças pequenas no Brasil deram os seus primeiros passos no início do século XIX. Nessa época, o atendimento de crianças menores de seis anos não era considerado uma forma de educação ou preparação para se iniciar a vida escolar. Não existiam creches ou pré-escolas até então, mas sim um grupo de pessoas que abrigava inúmeras crianças órfãs ou aquelas que eram fruto de um relacionamento não desejado ou não permitido para a época. Essas crianças eram deixadas na conhecida “roda dos expostos” para serem criadas, na maioria das vezes, por religiosas que tomavam conta desses lugares.

Com o fim da escravidão, muitas crianças filhas de escravos foram abandonadas. Sem saber o que fazer com elas, surgiram as primeiras creches ou internatos, destinados a cuidar de crianças pobres e sem família.

No final do século XIX, a influência americana e europeia despertou na elite brasileira a preocupação com os menores abandonados. Assim foi criado o jardim-de-infância, idéia bem recebida, porém, polêmica.

A idéia de “jardim-de-infância”, todavia, gerou muitos debates entre os políticos da época. Muitos a criticavam por identificá-la com as salas de asilo francesas, entendidas como locais de mera guarda das crianças. Outros a defendiam por acreditarem que trariam vantagens para o desenvolvimento infantil, sob a influência dos escola-novistas. (OLIVEIRA, 2002, p. 92).

Em 1875, no Rio de Janeiro, foi inaugurado o primeiro jardim-de-infância destinado àqueles com melhores condições financeiras. Logo depois, em 1877, foi a vez de São Paulo inaugurar uma instituição. Ambos tinham uma programação pedagógica voltada para as crianças menores de seis anos.

Rui Barbosa defendia o jardim-de-infância como a primeira etapa da educação, mas movimentos de proteção à infância alegavam que esse tipo de atendimento deveria ser destinado somente às crianças de baixa renda.

Nessa época, estudiosos eram contra a criação de escolas para crianças pequenas por acreditarem ser prejudicial ao convívio familiar, o que dificultava o planejamento de um ambiente voltado à educação nesta faixa etária.

Na Exposição Pedagógica, realizada em 1885 no Rio de Janeiro, os jardins-de-infância foram ora confundidos com sala de asilo francesas, ora entendidos como início (perigoso) de escolaridade precoce. Eram consideradas prejudiciais à unidade familiar por tirarem desde cedo a criança de seu ambiente doméstico, sendo admitidos apenas no caso de proteção aos filhos de mães trabalhadoras (OLIVEIRA, 2002, p. 93).

Desde essa época até os dias de hoje, a Educação Infantil enfrenta o mesmo problema: a não discriminação de uma etapa escolar para uma instituição assistencialista, ou seja, o não reconhecimento da Educação Infantil como uma instituição de ensino.

Com a chegada do século XX, impulsionada pela industrialização e popularização dos centros urbanos, os conceitos de cuidados com os filhos pequenos foram se modificando lentamente.

Havia aqueles que ainda apresentavam resistência ao retirar a criança do ambiente doméstico, optando por contratar babás para cuidarem de seus filhos durante o expediente de trabalho. Pela falta de experiência e até mesmo capacitação das chamadas “criadeiras”, o índice de mortalidade infantil aumentou nesse período e, como última opção, os pais começaram a aderir às escolas de educação infantil (2002).

Entendidas como “mal necessário”, as creches eram planejadas como instituições de saúde, com rotinas de triagem, lactário, pessoal auxiliar de enfermagem, preocupação com a higiene do ambiente físico. [...] A preocupação era alimentar, cuidar da higiene e da segurança física, sendo pouco valorizado um trabalho orientado à educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças. (OLIVEIRA, 2002, p.100)

Com a intensificação da expansão industrial nas décadas de 40 e 50, a mulher foi obrigada a se dividir entre suas funções domésticas e o trabalho remunerado. Com isso, a criação dos Centros de Recreação para cuidar de filhos de mulheres operárias se tornou indispensável.

A criação destes espaços foi uma alternativa para o não investimento do Estado nestas instituições de ensino.

A "solução intermediária oferecida" são os Centros de Recreação que deveriam apresentar as seguintes características: criação de unidade simples, em forma de galpão, abrigadas pelas igrejas... visando atender as necessidades físicas e psicossociais dos pré-escolares... O pessoal para trabalhar nestes centros "sendo o mínimo indispensável, recrutado entre as pessoas de boa vontade, à base do voluntariado, reservando-se o pagamento para alguns técnicos necessários à supervisão e coordenação dos serviços cujos encargos são de maior responsabilidade" (ROSEMBERG APUD ARCE, 2001, p. 176)

Em meados da década de 1970, as creches e pré-escolas passaram a ser utilizadas também pela classe média. Com isso, a expansão deste segmento foi de grande significância.

Preocupados com o desenvolvimento intelectual de crianças economicamente mais privilegiadas, novos valores foram defendidos, como a proposta de um padrão educativo voltado para o aspecto cognitivo, emocional e social da criança pequena (OLIVEIRA, 2002).

Mesmo com uma aceitação maior perante a população – talvez pela necessidade da colocação da mulher no mercado de trabalho – era notória a diferença no trabalho desenvolvido em instituições públicas e privadas. Enquanto a pública se destinava somente ao assistencialismo, proporcionando a segurança, a alimentação e a higiene para crianças de baixa renda, as escolas particulares reivindicavam propostas pedagógicas de ensino, criadas especificamente para o desenvolvimento da criança de zero a seis anos.

Após o término do Regime Militar, a Educação Infantil teve sua primeira grande conquista: passou a ser admitida na Constituição Brasileira. “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV – atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade [...]” (BRASIL, 1988).

Com a garantia da Constituição, foi exigido dos professores de Educação Infantil um nível de formação para atuar na área, deixando de ser pré-requisito a boa vontade de voluntários.

A década de 1990 foi uma fase de grandes transformações e conquistas para a Educação Infantil no Brasil. Neste período, ocorreu a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que chegou para complementar e garantir as conquistas estabelecidas pela Constituição.

Nesse contexto, o assunto deixou de estar restrito à educação formal e chegou à mídia. Começaram a surgir na grade de programação das emissoras de televisão os

primeiros programas de cunho educativo. A TV Cultura de São Paulo, pioneira no ramo, começou a exibir no início dos anos 1990, o programa Rá-Tim-Bum. Elaborado por profissionais da educação, o programa visava levar a educação às crianças que ainda não tinham a oportunidade de freqüentar a escola.

Em 1996, passou a vigorar a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB no. 9394/96, que promove a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, ou seja, as creches e pré-escolas deixariam de ser apenas instituições assistencialistas e começariam a ser tratadas e respeitadas como um segmento da educação.

A LDB garante que as creches e pré-escolas têm o dever proporcionar um ambiente adequado, com profissionais competentes para estimular o desenvolvimento social e intelectual da criança de zero a seis anos.

Além disso, passa-se a exigir a formação adequada dos profissionais responsáveis por este setor de ensino, não sendo mais válida apenas a experiência com o cuidado de crianças pequenas.

Começa uma valorização da educação continuada, da teoria aliada à prática e da troca de experiências entre os profissionais da área, visando a melhoria no atendimento e o desenvolvimento do primeiro nível de ensino.

Apesar de garantida pela lei, ainda era preciso uma mudança nos valores e concepções relacionadas à educação de crianças menores de seis anos.

Não são mais os pais, apenas, que têm direito a uma instituição de educação infantil para seus filhos, gerando um atendimento com vistas a substituí-los enquanto estão trabalhando. A criança passa a ter direito a uma educação que vá “além” da educação recebida na família e na comunidade, tanto no que diz respeito à profundidade de conteúdos, quanto na sua abrangência (MACHADO, 2002, p. 37).

Após garantir o direito à educação para crianças pequenas, era preciso conscientizar os pais que, muitas vezes, não têm informações suficientes sobre a importância desta fase escolar para a formação futura de seus filhos. A creche ou pré-escola ainda é vista como um lugar que oferece cuidados e proporciona o lazer, esquivando-se de qualquer função educativa. A idéia de instituição assistencialista ainda predomina, levando à não valorização deste nível de ensino. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:

Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas. (1998, p. 17)

Além de mudar a visão de instituição assistencialista, é preciso entender também que a pré-escola não tem como função preparar a criança para os futuros anos letivos. As outras etapas do ensino têm o objetivo de passar conteúdos diversificados através das aulas. Já a pré-escola tem como prioridade as relações educativas, ou seja, o desenvolvimento cognitivo e socioemocional, o incentivo a descobertas, o respeito às diferenças, a relação com o meio ambiente, o desenvolvimento da autonomia e da independência etc. Tudo isso baseado no lúdico e respeitando os limites de cada faixa etária. Além disso, é através da convivência com crianças da mesma idade que se constroem as primeiras noções do convívio em sociedade e do respeito ao próximo. (Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil)

As experiências grupais são indispensáveis nos primeiros anos de vida, como determinantes de um estilo de intercâmbio com o mundo absolutamente necessário para a vida de quem é humano. No grupo, a criança começa a viver o drama de ter que ceder para poder conviver (BIAVA, 2005).

Cabe ao profissional de educação infantil oferecer segurança para que a criança possa desenvolver esses temas de forma significativa e prazerosa. Além de ser a fase em que a criança tem uma maior facilidade em absorver informação, ela tem a disposição para aprender tudo que lhe for passado. A educação infantil é o pilar da educação. É através dela que será determinado o adulto que aquela criança será. De acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006, p. 15), “crianças expostas a uma gama ampliada de possibilidades interativas têm seu universo pessoal de significados ampliado, desde que se encontrem em contextos coletivos de qualidade”.

A fase de zero aos seis anos de idade é o período que a criança tem um maior poder de assimilação e absorção de informações que lhes são passadas, por isso, as atividades direcionadas por um profissional são fundamentais (UNESCO, 2003).

Os extraordinários avanços da neurociência têm permitido entender um pouco melhor como o cérebro se desenvolve. Particularmente do nascimento até os 3 anos de idade, vive-se um período crucial, no qual se formarão mais de 90% das conexões cerebrais, graças à interação do bebê com os estímulos do ambiente. Acreditava-se que a organização cerebral era determinada basicamente pela genética; agora, os cientistas comprovaram que ela é altamente dependente das infantis (UNESCO, 2003).

Especialistas garantem que o lúdico nessa faixa etária é fundamental para o desenvolvimento da criança, desde que seja orientado por um profissional da área. É através das brincadeiras que as crianças recebem os estímulos psicológicos necessários para o seu desenvolvimento.

A brincadeira é a atividade mais séria na vida da criança de zero a seis anos. É através dela que a criança assimila seus primeiros ensinamentos. Pode ser uma música, um jogo, um desenho ou uma história.

Com as brincadeiras e jogos, estamos usando o esquema próprio de ASSIMILAÇÃO infantil. Isso quer dizer: em cada etapa de seu desenvolvimento, a criança tem esquemas específicos para assimilar o meio (abordagem da realidade). Entre os dois e os cinco/seis anos, aproximadamente, a criança usa o esquema de jogo simbólico, relacionando-se com o mundo eminentemente através da fantasia, do “faz de conta” (LIMA, 1991, p. 33).

As brincadeiras devem ser propostas conforme a faixa etária e o nível de maturidade de cada criança.

Em 6 de fevereiro de 2006, foi aprovada no Brasil a Lei federal no. 11.274, que obriga crianças de seis anos a ingressarem no primeiro ano do ensino fundamental. Conseqüentemente, o ensino fundamental passa a ter nove anos de duração, alterando os artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no. 9394/96. O prazo instituído pelo governo é de que até 2010, todas as escolas – públicas ou privadas – já tenham aderido ao novo sistema.

Com isso, mudanças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental devem ser concluídas em breve. Uma delas está relacionada à idade ideal para o início da alfabetização. Anteriormente optativa aos seis anos de idade, ela passa a ser obrigatória com o ingresso no primeiro ano do ensino fundamental.

Segundo Lima (1991), a fase dos sete aos oito anos de idade foi escolhida para o início da alfabetização através de observações às crianças desta faixa etária, na qual notava-se que já possuíam uma estrutura mental operatória, eram capazes de entender regras, limites e obedecer-lhos, além de uma capacidade maior de concentração para o desenvolvimento de atividades.

Com o passar dos anos, tornou-se comum encontrar crianças de até cinco anos de idade que já arriscam a leitura e a escrita de algumas palavras. De acordo com Lima (1991, p. 65), “a necessidade de aprendizado da leitura, [...] passa a ser uma imposição social, pois amplia o campo de ação da criança e aumenta suas possibilidades de assimilar o mundo, de organizá-lo”.

Especialistas defendem a colocação de crianças de seis anos no ensino fundamental por acreditarem ser uma forma de igualar o ensino público ao privado, oferecendo às crianças de camadas sociais mais baixas a mesma chance de desenvolvimento dada ao estudante de uma instituição privada (SANTOS; VIEIRA, 2006, p. 777).

Ao tratar das possibilidades dessa antecipação, o então Conselho Federal de Educação (CFE) produziu, no período imediatamente posterior à aprovação dessa Lei, um conjunto de pareceres, cuja argumentação dominante, que se transformou em doutrina do órgão, dirigia para a necessidade de uma educação compensatória, antes da escola obrigatória, que teria efeito positivo na reversão do fracasso escolar, pois múltiplas carências estariam na base do insucesso vivenciado por crianças, "privadas de cultura", das camadas populares das periferias das cidades (SANTOS; VIEIRA, 2006, p. 785).

Mesmo ainda pertencentes à educação infantil, é comum encontrar na proposta pedagógica das escolas particulares um conteúdo mais avançado para as séries que antecedem o ensino fundamental.

Reportagem publicada no dia 20 de outubro de 2006 no Jornal Bom Dia de Bauru demonstra o alto índice de adesão das escolas particulares ao novo sistema de ensino:

Enquanto as escolas particulares se adiantam nessa adaptação, as públicas continuam estudando a implantação. Há dúvidas sobre quando ocorrerá, mas não será no ano que vem. [...] Em Bauru, dez escolas particulares já aderiram à nova regra neste ano. O restante (76) deve fazer a mudança em 2007 (MORAES, 2006, p.1).

As escolas privadas não se opuseram ao novo sistema justamente por já terem feito as mudanças necessárias para se adequarem à nova regra. Tirar a criança de seis anos da educação infantil e colocá-la no ensino fundamental significa alterar todo o conteúdo programático dos dois níveis de ensino para que estas crianças não sejam prejudicadas.

Já as escolas públicas precisam passar por uma reestruturação tanto na parte pedagógica quanto na parte física do ambiente escolar. "Colocar as crianças das camadas populares no ensino fundamental aos 6 anos sem uma proposta pedagógica adequada significa apenas antecipar o fracasso para elas" (BARBOSA, 2003, p. 37).

## **2.2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO JORNALISTA**

Jornalistas têm como desafio incorporar novos conceitos à pauta, trazendo a público reflexões sobre os rumos que o Brasil deve trilhar para reduzir a desigualdade e melhorar a qualidade de vida da população (INFÂNCIA NA MÍDIA, 2004, p.17).

Todos sabem que, genericamente falando, o dever primordial do jornalista é transmitir a informação à sociedade. Mas não se deve esquecer que esse dever só existe devido ao direito do cidadão de receber a informação.

Esse direito está previsto desde 1948, no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem e é garantido também pelo artigo 5º da Constituição Federal.

De acordo com Bucci (2000), a profissão jornalista existe para colocar em prática o direito à informação pertencente a qualquer cidadão e, antes de qualquer outro objetivo, o profissional deve cumprir com a sua função social.

O jornalista não é um escritor ou um artista entregue às suas idiossincrasias personalíssimas, não é uma "alma livre" flanando na literatura sem nenhuma baliza que o enquadre. O jornalista é um trabalhador intelectual a serviço da democracia e do direito à informação (BUCCI, 2000, p.89).

Diariamente, as redações são bombardeadas por milhares de notas, releases e sugestões de pautas, que podem ser acatadas, ou não, pelas equipes. Cabe também ao

jornalista e às editorias as quais pertence escolher o acontecimento que será divulgado na próxima edição de seus noticiários. Segundo Wolf (2000) e a teoria do newsmaking, existem alguns critérios que definem a noticiabilidade da pauta, ou seja, a sua disposição para se transformar em um produto que será veiculado nos meios de comunicação.

A noticiabilidade está estreitamente ligada aos processos que padronizam e tornam rotineiras as práticas de produção. [...] A partir dessa perspectiva, “faz notícia” o que – tornado pertinente pela cultura profissional dos jornalistas – é suscetível de ser “trabalhado” pelo aparato sem muitas alterações e subversões do ciclo de produção normal (WOLF, 2000, p.196).

Aspectos como o ineditismo do fato ou um assunto “quente” também são critérios decisivos na escolha da pauta a ser desenvolvida. O que se tem notado ultimamente é a prevalência, e pode-se dizer também, a preferência por temas factuais e que sejam rápidos de serem desenvolvidos. Assim, os assuntos acabam não sendo aprofundados. Além disso, faz com que o jornalista não busque os desdobramentos que aquela pauta poderia trazer, limitando-se à divulgação dos fatos. Esse tipo de situação tem sido observado na cobertura de pautas relacionadas à editoria de Educação.

De acordo com Bucci (2000), o jornalista acaba atuando como vigilante do poder ao divulgar informações que sejam interessantes ao público, e não somente ao governo.

O jornalismo [...] consiste em publicar o que os outros querem esconder; mas que o cidadão tem o direito de saber. [...] Seu objeto primordial não é difundir aquilo que governos, igrejas, grupos econômicos ou políticos desejam contar ao público, embora também se sirva disso, mas aquilo que o cidadão quer, precisa e tem o direito de saber, o que não necessariamente coincide com o que os outros querem contar (BUCCI, 2000, p.42).

De acordo com a Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI), na maioria das vezes, as pautas sobre educação limitam-se a fatos divulgados pelo governo, sobretudo o federal. As fontes também acabam seguindo esse caminho e se restringem às oficiais, não buscando opiniões de especialistas e pessoas diretamente envolvidas no assunto. “Melhorar a qualidade da cobertura jornalística implica, entre outras coisas, em uma mudança do viés oficialista” (VIVARTA, 2003, p. 96).

A pluralidade, além de dar maior credibilidade ao texto, é uma forma de humanizar a matéria. Fazer a contextualização do assunto, com diferentes pontos de

vista e mostrar onde aquele fato divulgado pelas fontes oficiais pode afetar a vida do cidadão comum e da comunidade em que ele está inserido pode ser um diferencial para que aquela reportagem com a função de, inicialmente, tornar pública uma decisão ou situação do governo se torne útil para o grande público. “O que realmente diferencia um jornal do outro – e, em conseqüência, um repórter do outro – é a sua capacidade de transformar os pequenos fatos que fazem o dia-a-dia da cidade, do país e do mundo em matérias boas de ler” (KOTSCHO, 2003, p.10).

A informação, apesar de existir em abundância com a chegada da internet e a modernização dos veículos de comunicação, ainda é um produto escasso para certas camadas da população. Muitos não têm acesso a essa gama de possibilidades oferecida atualmente e, até mesmo, não têm a oportunidade de freqüentar a escola. Sendo assim, essas pessoas vêm na mídia a sua única fonte de conhecimento.

Ninguém possui conhecimento direto do conjunto do globo. Além de sua experiência pessoal, o que se sabe provém da escola, de conversas – mas, sobretudo da mídia. Para o homem comum, a maior parte das regiões, das pessoas, dos assuntos dos quais a mídia não fala, não existem”(BERTRAND, 1999, p. 27).

Além de transmitir a informação à sociedade, a presença de assuntos de grande relevância na mídia se torna uma forma de chamar a atenção das autoridades para temáticas que trarão benefícios aos interesses coletivos. Este aspecto também pode ser denominado como função social da mídia, pois alguns assuntos só se tornam prioridade na agenda social brasileira depois de serem estampados nas capas de jornais e revistas.

Pode-se dizer que um desses assuntos relevantes é a educação, que merece uma cobertura jornalística adequada – o que nem sempre acontece, como será discutido a seguir.

### **2.3 A EDUCAÇÃO NA MÍDIA**

“O tempo da Educação não é o tempo do jornalismo factual”  
(MELLO, 2004, p.16)

É notório o crescimento da cobertura de temas relacionados à Educação nos veículos de comunicação do país. Uma pesquisa, realizada pela ANDI e publicada no livro “A educação na Imprensa Brasileira”, mostra que o espaço na mídia dedicado às

Políticas Públicas, em especial à Educação, vem aumentando nos últimos anos. Entre os 1999 e 2002, a pesquisa apontou um crescimento de 140% nas reportagens relacionadas à Educação de crianças e adolescentes, totalizando 21 958 publicações nos 50 jornais e revistas acompanhados pela agência. (ANDI; MEC).

Na publicação “Infância na Mídia”, também idealizada pela ANDI, dados mostram que em 2004, a Educação teve o seu ápice nas páginas dos jornais e revistas analisadas. Sessenta veículos de comunicação passaram a ser acompanhados pela agência e as publicações saltaram para 36.136. Segundo a ANDI, esse aumento considerável seria em função da posse do atual presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva. Tendo na liderança um partido como o PT, fortemente ligado a causas sociais, a mídia se viu influenciada e acabou abrindo espaço para a cobertura e também para o monitoramento de políticas públicas.

Mesmo sendo perceptível o crescimento do tema nas pautas dos veículos de comunicação, nota-se que o espaço destinado à educação se restringe à divulgação de assuntos factuais, como a inauguração de uma creche, alterações na merenda escolar, entre outros.

O tempo da Educação não é o tempo do jornalismo factual. Qualquer mudança em estatísticas de evasão, repetência ou taxa de matrícula, por exemplo, é consequência de uma ação continuada, de um processo. E essa é uma diferença que o jornalismo precisa compreender e saber contemplar em seus textos e ações. (MELLO, 2000, p. 16).

A pesquisa “A Educação na Imprensa Brasileira” apontou que em 75% das matérias analisadas não havia uma contextualização do assunto tratado e o tema Educação era abordado como fator secundário na reportagem. Apenas 25% das reportagens analisadas traziam a Educação como foco principal.

Além disso, o viés oficialista ainda predomina. Uma pesquisa realizada em 2004 pela ANDI mostrou que 30,3% das matérias publicadas consistiam em anúncios oficiais de novas medidas, solenidade de lançamento de novos projetos, entre outros. Já a iniciativa sugerida pelas editorias dos veículos de comunicação, como matérias investigativas, colunas, artigos, entre outros, consistia em apenas 12,2% do material publicado.

Em relação às fontes, o Ministério da Educação permanece pautando as redações do país. Com isso, o processo de contextualização do assunto é prejudicado, sendo que

apenas 33,8% dos textos trazem mais de uma fonte na matéria e somente 10,3% oferecem opiniões divergentes.

A agência afirma ainda que, os veículos de comunicação cobrem os temas relacionados à Educação desta forma em função do modelo da cobertura de Políticas Públicas e também por terem sido educados para fazer desta forma. “Vale ressaltar que tal maneira de abordar a Educação é um reflexo da visão que a própria sociedade possui sobre a temática e de suas demandas na área (ANDI; MEC, p.17)”.

Segundo a ANDI (p. 17), a sociedade vê os fatos de acordo com o que a mídia publica sobre eles. Sendo assim, é essencial uma reestruturação no atual conceito da cobertura de Educação dada pela imprensa. “Colocar em questão pontos particulares e relevantes do acontecimento educacional é dever da atuação da mídia enquanto controladora social das Políticas Públicas”.

Para a ANDI, o essencial na cobertura sobre as Políticas Públicas seria a atuação em conjunto da mídia com a sociedade, especialistas e o governo.

[...] não nos basta apontar acertos e deslizes da atuação das redações. Nossa pretensão última é, num processo em que jornalistas, especialistas e decisores públicos são cúmplices, construir uma reflexão que colabore para um salto qualitativo na cobertura sobre a Educação escolar – de longe o tema que mais apetece às redações na atual conjuntura – e, ao mesmo tempo, forneça subsídios para iniciarmos um debate nacional acerca da Educação que temos e da Educação que queremos para esta terra de Santa Cruz (ANDI; MEC, p.19)

Outro fator discutido pela ANDI está relacionado à cobertura das subdivisões da Educação. Quando se fala em educação na mídia, remete-se automaticamente às questões relacionadas ao ensino médio e à graduação. Dessa forma, é passada a impressão – equivocadamente – da não importância e, até mesmo, da desvalorização dos demais níveis de ensino, como a educação infantil.

A cobertura da imprensa melhorou muito ao longo dos últimos anos [...]. Contudo, a pesquisa mostra que ainda há um longo esforço a ser perpetrado. Ao abdicar de se aprofundar nas questões mais cruciais – por exemplo, ao preferir cobrir o vestibular à Educação Infantil – a imprensa furta-se do papel de estimular o debate sobre as demais responsabilidades a serem assumidas no espaço público. (ANDI; MEC, p.7)

De acordo com a pesquisa “A Educação na Imprensa Brasileira”, quase metade das publicações relacionadas à Educação estão direcionadas ao Ensino Superior, incluindo os cursinhos preparatórios para o vestibular.

A pesquisa aponta que apenas 10% dos jovens entre 18 e 24 anos têm a chance de frequentar uma universidade. Sendo assim, a cobertura majoritária sobre este nível de ensino se torna útil e de interesse de uma parcela mínima da população. Deixa-se de evidenciar também que, para garantir o acesso ao ensino superior, seria necessária uma reestruturação na educação básica.

Além disso, o foco passa a ser a ascensão profissional e a entrada no mercado de trabalho, fatores resultantes de uma falsa idéia trazida pelo diploma universitário.

Ao priorizar temas como o acesso ao Ensino Superior e este nível de ensino, a imprensa acaba por deslocar a atenção dos leitores de questões estruturais, que exigem uma mobilização e um debate público – até para que se crie um clima de pressão no sentido das mudanças e ajustes, que se fazem necessários a fim de assegurar a todos os brasileiros uma Educação de qualidade (ANDI; MEC, p.55)

## **2.4 A EDUCAÇÃO INFANTIL NA MÍDIA**

“A Educação Infantil é um dos principais pilares do processo de desenvolvimento das crianças. Deixar de priorizá-la é desperdiçar um imenso potencial humano”  
(VIVARTA, 2003, p.11)

A legislação brasileira tem a criança e o adolescente como prioridade absoluta. Muito se fala em garantir os direitos da criança, como o direito à educação, ao lazer, à saúde, entre outros. Entretanto, dados do IBGE mostram que, em 2004, 63,3% da população menor de seis anos ainda não havia tido a oportunidade de frequentar uma instituição de ensino. Mesmo sendo garantido pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mais da metade da população desta faixa etária teve os seus direitos desrespeitados.

A mídia, com o seu papel de controladora social, pode colaborar para que o Poder Público coloque em prática os direitos da criança e do adolescente.

Apesar dos avanços na cobertura da Educação – alguns veículos já reservam espaços fixos e até mesmo cadernos para falar do tema – percebe-se que nem todos os níveis de ensino são colocados como assuntos para serem apurados em reportagens.

Esse é o caso da Educação Infantil. Na pesquisa “A Educação na Imprensa Brasileira” (ANDI; MEC), foi constatado que, comparado aos outros níveis de ensino, a primeira etapa da educação básica ganhou menos espaço nos jornais e revistas do país. Apenas 2,9% dos textos analisados tinham como foco a Educação Infantil.

Muito se fala sobre a importância deste nível de ensino para a formação completa do indivíduo e os seus reflexos durante toda a vida. Em vista disso, se torna fundamental garantir a todas as crianças a oportunidade de explorar ao máximo o seu potencial nos primeiros anos de vida.

Mesmo com todas essas constatações, a colocação deste nível de ensino na mídia ainda é mínima e pouco explorada.

A pesquisa realizada pela ANDI e pelo MEC, com o apoio da Unesco, revela que 1,7% dos textos que trabalharam a Educação Infantil mencionaram a necessidade de valorização deste nível de ensino; 0,8% apontaram a melhora da qualidade como um objetivo a ser perseguido, e 4,2% enfatizaram a Educação Infantil como um direito da criança. Não menos significativo e preocupante é o fato de que as discussões envolvendo o papel da família no ambiente escolar se deram em somente 0,8% dos textos (ANDI; MEC, p.66).

A presença da família é fundamental para o desenvolvimento de qualquer criança. Porém, talvez os pais ou responsáveis desconheçam que a participação na educação escolar de crianças de zero a seis anos é um direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O artigo 53 do capítulo IV do ECA diz que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”.

Assim como os pais e a sociedade, a imprensa vê a Educação Infantil pelo aspecto assistencialista, deixando de caracterizá-la como uma instituição de ensino que possui regras, propostas e deve assumir um compromisso perante a sociedade e as crianças pequenas.

É importante trazer para a sociedade a revolução conceitual e legal que ocorreu com relação à Educação Infantil e aos direitos das crianças de zero a seis anos, entendendo as leis como instrumentos de transformação. A legislação pode servir como contraponto à visão limitada do atendimento à criança (VIVARTA, 2003, p.47)

Os veículos de comunicação, talvez por razões idealistas ou financeiras, pautam seus repórteres de acordo com o que o seu público espera daquele meio de comunicação.

No caso dos leitores de jornais e revistas – produtos consumidos por pessoas com uma situação econômica melhor – eles raramente terão dificuldades ou problemas com as escolas de Educação Infantil no qual seus filhos estão matriculados, pois geralmente são instituições privadas de ensino. Sendo assim, as matérias relacionadas ao assunto que geralmente são publicadas não interessarão a esse público.

Segundo o jornalista da Folha de S. Paulo, Antônio Gois, as pautas relacionadas à Educação Infantil encontram resistência nos veículos de comunicação elitizados. “Geralmente, só conseguimos emplacar esse assunto quando se trata de uma discussão de política pública, ou seja, pelo viés da desigualdade no acesso e não pela questão pedagógica”. (VIVARTA, 2003, p.42)

Isso ocorre porque, geralmente, a notícia ligada à Educação Infantil está relacionada à falta de vagas em creches, problemas estruturais, ou seja, reportagens meramente factuais.

[...] a pauta factual carrega uma visão viciada. Tende a ficar limitada à realidade de algumas famílias ou bairros. O jornalista perde a chance de, a partir dessa oportunidade, aprofundar o tema Educação Infantil, abordando outras questões ou expandindo o contexto para o quadro nacional (VIVARTA, 2003, p.53).

Em uma pesquisa realizada pela ANDI no ano de 2000, foram avaliados 19.619 textos publicados em 49 diferentes jornais localizados em 24 capitais do país. Deste total, apenas 769 eram focados na educação de crianças menores de seis anos. A partir deste número, foram constatados que em 40,5% dos casos traziam pautas factuais e apenas 3,3% tinham um enfoque avaliativo.

Outra questão levantada pela pesquisa “Cidadania antes dos 7 anos” está relacionada ao pré-conceito vindo dos profissionais de comunicação que cobrem a educação. Por ser generalista, o jornalista não conhece a fundo todos os assuntos dos quais faz uma reportagem. Em função disso, acaba seguindo os padrões de cobertura já existentes para determinados temas.

[...] os jornalistas se debruçam sobre a questão da Educação Infantil com os olhos do senso comum, sem se informarem sobre os avanços científicos e teórico-práticos da área. [...] Não se espera que o jornalista seja um especialista, mas seria desejável que se informasse melhor antes de fazer entrevistas, que saísse do universo da mídia popularizada. Isso o ajudaria a interpretar melhor a fala dos especialistas e não torcê-la, muitas vezes invertidamente, na direção esperada pelo senso comum (VIVARTA, 2003, p.58).

Outra questão a ser abordada está relacionada às publicações específicas na área de Educação. Podemos citar a Revista Nova Escola, Revista Pátio e Revista Criança. Todas estas são veículos especializados em educação, porém, não são feitos por jornalistas. Essas revistas contêm matérias elaboradas por profissionais da educação, psicólogos, professores, diretores de escolas com a supervisão de um profissional de comunicação, mas ele não participa da produção daquele material. Na maioria das vezes, os temas abordados são parecidos e os textos acabam adotando o perfil do artigo e não de reportagens.

Dentro desse contexto, verifica-se a necessidade da criação de um veículo de comunicação voltado à educação infantil, conforme previsto pelo presente trabalho. Optou-se pelo estilo magazine por, entre outros motivos, permitir um aprofundamento no tratamento do tema. Esse é o assunto do próximo capítulo.

## **2.5 O ESTILO MAGAZINE**

“As produções segmentadas e os exemplos de jornalismo especializado são uma representação da diversidade existente na sociedade”  
(ABIAHY, 2000, P.24)

Em função da modernização dos veículos de comunicação e em consequência da mudança nos parâmetros de se fazer jornalismo, em que, muitas vezes, a quantidade e a incansável busca pela notícia em primeira mão está acima da qualidade, a velocidade ao produzir e transmitir uma notícia é um fator determinante nos meios de comunicação de massa. Isso requer mais habilidade e conhecimento do profissional, que tem menos tempo para o preparo da notícia.

Com o objetivo de atingir um maior número de pessoas, os jornais impressos não têm a possibilidade de destinar o seu produto para um público mais segmentado,

focando em suas especificidades e interesses. O jornalismo diário é abrangente, rápido e na maioria das vezes, factual.

Já em revista, o tratamento da notícia é diferenciado, uma vez que a segmentação é bem mais intensa, permitindo uma maior identificação entre a mídia e o público. “A sensação de atordoamento com o bombardeio de informações a que temos acesso nas últimas décadas nos leva a procurar uma maneira de organização, de seleção mais eficaz do material informativo” (ABIAHY, 2000, p.24).

Com a evolução dos meios de comunicação, a Sociedade da Informação necessita se relacionar com a produção informativa de forma mais direcionada. Já que o excesso de informações disponíveis com o avanço da tecnologia pode comprometer o seu aproveitamento qualitativo (ABIAHY, 2000, p.24).

Sendo assim, para se aprofundar em um assunto, os leitores procuram pelos produtos específicos, feitos exclusivamente para um número reduzido de pessoas que têm como afinidade um determinado tema.

Falar em jornalismo especializado é praticamente um sinônimo de se falar em jornalismo para revistas. Elas podem ser divididas em três segmentos: revistas ilustradas, especializadas e de informação geral.

De acordo com Scalzo (2004, p.19), o objetivo primordial das revistas é “destinar-se a públicos específicos e aprofundar os assuntos – mais que os jornais, menos que os livros”. Para ela, o formato magazine tem caráter híbrido, ou seja, visa informar e também entreter. “Uma revista é um veículo de comunicação, um produto, um negócio, uma marca, um conjunto de serviços, uma mistura de jornalismo e entretenimento” (SCALZO, 2004, p. 11).

A chegada das novas tecnologias fez com que o público que procura algo que vá além da notícia em primeira mão valorize ainda mais o veículo que traga exatamente aquilo que ele quer saber.

A segmentação é o reconhecimento de que existem públicos diferenciados, não apenas uma massa. É nesse aspecto que reside a importância do jornalismo especializado, enquanto oportunidade de trabalhar um linguagem que não possui o caráter homogêneo que tenta se adaptar a um padrão médio. É isto que percebemos nas produções segmentadas, cada veículo constrói uma linguagem e busca uma intimidade com seu público investindo em sua temática específica (ABIAHY, 2000, p.25).

A criação de produtos editoriais especializados determina a necessidade de diversificar a informação segmentada de acordo com a necessidade da sociedade. Por se tratar de especialização, o formato revista conhece o seu leitor, sabe exatamente para quem está escrevendo. “Revista tem foco no leitor – conhece seu rosto, fala com ele diretamente. Trata-o por ‘você’” (SCALZO, 2004, p.15). Além disso, “[...] revistas podem produzir textos mais criativos, utilizando recursos estilísticos geralmente incompatíveis com a velocidade do jornalismo diário” (VILAS BOAS, 1996, p.9)

Em função disso, este trabalho pretende propor um suplemento para revista sobre a educação de crianças de zero a seis anos. Como já foi citado anteriormente, faltam informações aprofundadas sobre este nível de ensino. Informações que possam ser utilizadas tanto pela comunidade escolar quanto por famílias que tenham filhos nesta faixa etária. Apesar de a educação ter conquistado espaço na mídia, a Educação Infantil caminha a passos lentos, rumo a esta conquista.

Uma das principais contribuições que devemos ressaltar na tendência de desenvolvimento do jornalismo especializado é a valorização de temas que antes seriam considerados de menor importância. O jornalismo especializado, enfim, colabora para expressar os diferentes pontos de vista existentes na sociedade. Não é apenas o tema, antes sem enfoque que ganha o seu lugar. A própria visão de mundo dos públicos diferenciados encontra no jornalismo especializado a oportunidade de ser evidenciada (ABIAHY, 2000, p.26).

Além de ser um veículo que permite a segmentação do tema - e do público -, outro fator determinante para a escolha do formato revista é a possibilidade de aprofundamento no assunto, fugindo de temas factuais para proporcionar ao leitor um texto contextualizado e reflexivo. “Além de se distanciar ainda mais do tempo real da notícia, a publicação de periodicidade mais larga obriga-se a não perecer tão rapidamente, a durar mais nas mãos do leitor. É por isso que a notícia ‘nua e crua’ nunca teve lugar de destaque em revistas” (SCALZO, 2004, p.42).

A reportagem interpretativa é uma forte característica no estilo magazine. “Em jornalismo, submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica e depois transformá-los em matéria significa interpretar” (VILAS BOAS, 1996, p.77).

A periodicidade da revista é, no mínimo, semanal. Existem também a quinzenal, mensal, semestral, trimestral. Em função disso, o jornalista tem um intervalo de tempo maior entre uma publicação e outra para desenvolver a reportagem, e conseqüentemente, o texto deve ser feito de forma mais aprofundada, trazendo abordagens e pontos de vista diferentes daqueles que o leitor possa ter visto durante a semana através dos jornais diários. “Não dá para imaginar uma revista semanal de informações que se limita a apresentar para o leitor, no domingo, um mero resumo do que ele já viu e reviu durante a semana” (SCALZO, 2004, p.41).

[...] o texto de revista se propõe mais abertamente a interpretar o fato. Depois de ‘assentada a poeira’, vem a reflexão, a visão detalhada do contexto, a narrativa instigante e atraente, que faça o leitor mergulhar na ‘história’. Ou que, em outras palavras, o faça ver imagens em forma de texto (VILAS BOAS, 1996, p.14).

Segundo Vilas Boas (1996), o texto interpretativo não deve ser confundido com o texto opinativo. Para ele, o texto para revistas tem a liberdade – e a obrigação – de trazer um “ponto de vista”, explícito ou não, de quem esteve no local dos fatos e presenciou aquele acontecimento. Ele não representa a opinião de quem escreveu, mas traduz o caminho que o repórter seguiu para chegar ao produto final. “O ponto de vista é mais ou menos a ‘moral da história’” (VILLAS BOAS, 1996, p.21).

Outra característica que diferencia uma publicação em revista é o formato e o tipo de papel, fatores que variam de acordo com a identidade do veículo a qual pertencem. Mais sofisticadas que um jornal diário, as revistas precisam ser impressas em papel mais refinados, valorizando o projeto gráfico, as imagens e aumentando a durabilidade dos exemplares nas bancas e para onde quer que sejam levadas.

Ela é fácil de carregar, de guardar, de colocar numa estante e colecionar. Não suja as mãos como os jornais, cabe na mochila e disfarçada dentro de um caderno, na hora da aula. Seu papel e impressão também garantem uma qualidade de leitura – do texto e da imagem – invejável (SCALZO, 2004, p.39).

Todas essas características do estilo magazine são adequadas ao tema do presente trabalho. O primeiro ponto é justamente o nível de especialização que se pretende atingir. As matérias terão como foco não a educação como um todo, em seus diversos níveis e modalidades, mas um aspecto bastante particular – a escolarização do zero aos seis anos.

Ao abordar a educação infantil do ponto de vista jornalístico é preciso ir além das questões factuais. Assuntos como a inclusão escolar nessa faixa etária, por exemplo, são importantes, desde que tratados em profundidade, apresentando a questão sem cair no reducionismo. Além disso, como a proposta é tratar os temas de forma não efêmera, para que o público possa permanecer com o material por mais tempo. O suplemento foi planejado para dar a opção de destacá-lo do restante da revista. Ele também pode ser colocado como um caderno especial daquele mês, sem necessariamente estar preso dentro da revista. Detalhes como esses só podem ser contemplados se trabalhados no estilo magazine.

**3 DESENVOLVIMENTO**

**3.1 JUSTIFICATIVA**

As escolas de educação infantil estão passando por transformações. Há uma conscientização entre os especialistas da área que afirmam que a junção entre o cuidar e o educar desde os primeiros meses de vida é fundamental. Outro aspecto significativo é o surgimento da lei federal nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que obriga o ingresso de crianças de 6 anos na 1ª série.

Frente a situações como as mencionadas, a educação infantil está obtendo mais atenção pelos profissionais do setor, mas faltam informações para que a sociedade esteja ciente sobre essa importância. Os meios de comunicação, em geral, tratam do assunto apenas raramente. Mesmo as revista especializadas em educação destinam pouco espaço para esse nível de ensino.

A maioria dos produtos criados não traz variedade nos assuntos e muitos não seguem as características de texto, imagem e diagramação que o veículo propõe. Não há um padrão jornalístico nestes produtos. O material não é produzido pelo profissional de comunicação e sim por especialistas em educação. Sendo assim, é importante a criação de um produto editorial específico à educação infantil.

O formato revista foi escolhido por ser o veículo que tem como uma de suas principais características a segmentação. Os produtos editoriais deste veículo são elaborados com o objetivo de atender as especificidades de um determinado grupo de pessoas, além de possibilitar um maior aprofundamento no tema abordado.

### **3.2 OBJETIVOS**

### 3.2.1 GERAL

- Desenvolver um suplemento para revista abordando temas relacionados à Educação Infantil.

### 3.2.2 ESPECÍFICOS

- Apontar as características do jornalismo especializado na cobertura de assuntos relacionados à educação infantil, direcionado ao público em geral: diretores, professores, funcionários, especialistas e pais de alunos;
- produzir matérias jornalísticas que abordem questões envolvendo a educação infantil como políticas públicas, metodologias de ensino, projetos pedagógicos, o direito da criança e a importância de uma educação pré-escolar de qualidade, a colocação deste segmento de ensino na agenda social brasileira, etc

### **3.3 METODOLOGIA**

A parte teórica da pesquisa foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica abrangendo as áreas de jornalismo no estilo magazine, de educação infantil e jornalismo especializado em educação.

Na parte prática, foram elaboradas pautas para o desenvolvimento de reportagens contidas no suplemento. Para obter entrevistas foi utilizado um gravador e o equipamento do laboratório de rádio da Universidade do Sagrado Coração, no caso de entrevistas feitas por telefone.

Depois de feitas as entrevistas e redigidos os textos, foi elaborada a editoração gráfica. Uma pessoa especializada realizou este trabalho, tendo em vista uma maior proximidade com o padrão desenvolvido pela revista escolhida como base para este suplemento, a Revista Nova Escola da Editora Abril.

### **3.4 PROPOSTA**

O trabalho “Educação Infantil em pauta: criação de um suplemento de revista especializado na cobertura da educação de crianças de zero a seis anos” pretende propor um produto editorial que possa interessar tanto à comunidade escolar quanto a pais que tenham filhos nesta faixa etária, matriculados em uma creche ou pré-escola.

O suplemento será feito nos padrões da revista Nova Escola, da Editora Abril. Apesar de esta revista ser direcionada somente a profissionais da educação, ela foi escolhida por ser o veículo que se enquadra melhor na proposta do suplemento idealizado no presente trabalho. Ela foi escolhida por se tratar de uma revista mensal especializada em assuntos relacionados à educação. Como não é destinada a nenhuma etapa do ensino, considera-se possível a produção de um suplemento especializado na educação de crianças pequenas, assim como poderia ser feito com qualquer outro nível de ensino.

É importante ressaltar que, mesmo sendo feito baseado nos padrões editoriais da revista Nova Escola, o suplemento foi criado com o objetivo de atender as necessidades de informação de toda a comunidade escolar, e não somente dos especialistas da área. Portanto, neste aspecto, ele se difere da perspectiva editorial adotada pela revista escolhida.

A diagramação será feita de acordo com a revista Nova Escola, seguindo os padrões de fonte, colocação dos textos e imagens adotados pela mesma. O tamanho do papel que o suplemento será impresso é equivalente ao da revista escolhida como base. Por não estar acoplado a revista, o suplemento poderá ser manuseado separadamente, como se fosse um especial para aquela edição.

O conteúdo do suplemento será sempre relacionado à educação de crianças menores de seis anos, focado no ambiente escolar. A proposta é trazer matérias diferenciadas que abordem temas ainda não explorados pela imprensa em geral. O suplemento não prioriza assuntos factuais, porém, se forem abordados, deverão trazer toda a contextualização do assunto, fazendo assim com que o produto siga as características exigidas pelo estilo magazine.

As reportagens têm o objetivo de proporcionar a pluralidade dos assuntos, sem se esquecer de ouvir pessoas que vivenciem o tema em questão, fugindo somente de fontes oficiais e especialistas.

Os textos contidos no suplemento devem trazer assuntos abrangentes com desdobramentos diferenciados daqueles já oferecidos pela imprensa. Devem conter

opiniões e proporcionar a reflexão para que o leitor, a partir do que foi exposto, possa formar uma opinião sobre o assunto abordado.

O suplemento proposto pretende trazer um número maior de matérias com critérios jornalísticos e elaborados por profissionais de comunicação. Este é outro fator que irá diferenciar o presente trabalho das demais publicações, já que grande parte das revistas do ramo é escrita por especialistas e não por jornalistas. O objetivo é fazer com que pedagogos, professores, psicólogos, entre outros colaborem como fontes, mas não como autores do material publicado por este suplemento.

Além das matérias jornalísticas, o suplemento pretende disponibilizar um espaço para artigos. Em cada publicação, um especialista será convidado a escrever. Os temas poderão ser sugeridos por eles ou pela equipe da revista, variando conforme as matérias publicadas. É importante que o artigo traga sempre alguma relação – por menor que seja – com os temas abordados naquela edição.

No interior da revista, uma página foi dedicada a sugestões educativas, tanto para professores quanto para crianças, visando atingir os dois públicos. Como o suplemento não conta com patrocinadores ou anunciantes, a contra capa – lugar normalmente reservado a propagandas - foi dedicada à criação de um mural de fotos que expressem os direitos da criança. Com o objetivo de proporcionar a participação do leitor, um e-mail foi disponibilizado para que, em edições futuras, as pessoas possam mandar fotos em que estejam registrados os direitos da criança.

Os textos e as fotografias presentes neste suplemento serão de autoria da idealizadora deste trabalho. Já a diagramação será feita por pessoas especializadas em artes gráficas para que os padrões da revista Nova Escola possam ser seguidos da melhor forma possível.

Como uma forma de testar essa proposta, um projeto piloto do suplemento foi confeccionado e impresso, caracterizando a parte prática do presente trabalho e também o primeiro exemplar da edição Nova Escola Especial Educação Infantil.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho “Educação Infantil em pauta” foi desenvolvido com o objetivo de ressaltar a importância deste nível de ensino para a formação completa do ser humano. A primeira etapa do ensino básico ainda permanece com a imagem de instituição assistencialista, destituindo qualquer função educativa deste nível de ensino. Isso acontece em função da desinformação da sociedade e até mesmo da comunidade escolar. Pais e até mesmo professores atuantes na área desconhecem a importância do papel fundamental exercido pela educação infantil no desenvolvimento de crianças pequenas.

O jornalismo tem como principal função levar a informação à sociedade. Partindo deste pressuposto, conclui-se que o jornalismo pode contribuir para que as informações sobre a educação de crianças de zero a seis anos cheguem à comunidade de forma clara, concisa e esclarecedora. Além disso, deve-se ressaltar o papel do jornalismo ao tratar de políticas públicas, fazendo com que os assuntos fiquem em evidência e recebam maior atenção do poder público.

A idéia para a realização do presente trabalho surgiu a partir de uma necessidade da autora deste projeto em saber mais sobre a Educação Infantil. Após trabalhar em uma escola como voluntária com crianças de dois anos, percebeu-se a carência de informação sobre este nível de ensino. Nasceu então a vontade de desenvolver algo com características baseadas naquela proposta de um segmento ideal para atender tanto quem trabalha com crianças diariamente quanto aos pais, que depositam em instituições de ensino a confiança para uma colaboração significativa na educação de seus filhos. Ou seja, nasceu a idéia de criar um produto para fazer do jornalismo um aliado da Educação Infantil.

Ao decorrer do desenvolvimento das reportagens para o presente trabalho, nota-se que a sociedade é realmente carente de informações sobre este nível de ensino, sobretudo no que se refere à nova lei que obriga crianças de seis anos a ingressar no ensino fundamental.

A pesquisa bibliográfica foi de extrema importância para a criação do suplemento, pois possibilitou um maior conhecimento na área de educação infantil e ofereceu idéias para o desenvolvimento das matérias. As pesquisas e publicações da ANDI também foram muito úteis pela orientação de como chegar o mais próximo da cobertura ideal de políticas públicas.

Uma questão ressaltada pela ANDI está relacionada à pluralidade de fontes e a contextualização da matéria. De acordo com a Agência, esta é a principal falha dos

jornalistas ao cobrirem assuntos relacionados à Educação. Essa é uma meta e também um desafio aos profissionais de comunicação, principalmente para aqueles que trabalham com jornalismo diário, porém, não é impossível. Buscar a contextualização e ouvir os dois, três ou quantos lados tiver aquela história é uma obrigação do profissional que trabalha com a informação.

O estilo magazine possibilita que os assuntos sejam mais aprofundados, tornando os textos mais completos. Além disso, é possível também indicar caminhos para aqueles leitores que se interessem pelo tema abordado na reportagem possam buscar outras informações a respeito. O texto para revista é mais livre, fazendo com que o jornalista escreva de uma forma mais descontraída, explorando sua criatividade. Sendo assim, escrever dentro do estilo magazine se torna a forma mais prazerosa de passar a informação, de contar uma história.

Acredita-se que os objetivos propostos por este trabalho foram cumpridos, pois as reportagens trazem informações completas e contextualizadas. Profissionais ligados aos assuntos foram ouvidos, cultivando a pluralidade de fontes. Cada detalhe foi pensado cuidadosamente para que se pudesse chegar a um produto que caminha rumo a melhores coberturas das temáticas que envolvem a educação de crianças pequenas. Além disso, a diagramação colaborou para que o suplemento ficasse o mais semelhante possível com os padrões da revista escolhida como modelo.

O próximo passo é conferir o resultado do presente trabalho, no qual um suplemento para revista especializado na Educação Infantil foi confeccionado, seguindo as características mencionadas aqui como corretas para a cobertura jornalística da educação de crianças de zero a seis anos.

***REFERÊNCIAS***

ABIAHY, Ana Carolina de A. **O Jornalismo especializado na Sociedade da Informação.** Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/abiahya-ana-jornalismo-especializado.pdf>> Acesso em: 24 set 2007.

ANDI; MEC. **A Educação na Imprensa Brasileira.** Acesso em: [www.andi.org.br](http://www.andi.org.br). Disponível em: 25 set 2007.

ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. *Cad. Pesqui.*, n.113, p.167-184, jul. 2001.

BERTRAND, Claude-Jean, **A Deontologia das Mídias.** Bauru: Edusc, 1999.

BIAVA, Ana Maria. **A trajetória da Educação Infantil no Brasil.** Disponível em: <<http://www.fenixonline.com.br/content.php?article.74>>. Acesso em: 15 abril 2007.

BRASIL. Leis, Decretos etc. **Constituição da República do Brasil.** São Paulo: IMESP, 1988.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOTSCHO, Ricardo. **A Prática da Reportagem.** São Paulo: Ática, 2003.

LIMA, Adriana F. S. de O. **Pré-Escola e Alfabetização.** Petrópolis: Vozes, 1991.

MACHADO, Maria Lúcia de A. **Encontros e Desencontros em Educação Infantil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MELLO, Guiomar N. de. **Falas Provocativas in Fórum Mídia e Educação: Perspectivas para a qualidade da informação.** Disponível em: [http://www.andi.org.br/\\_pdfs/midiaedu.pdf](http://www.andi.org.br/_pdfs/midiaedu.pdf). Acesso em: 15 set 2007.

MORAES, Fernanda. Um salto para a educação? **Bom Dia**, Bauru, 20 out. 2006. Aqui, Caderno 2, p. 1.

OLIVEIRA, Zilma R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; VIEIRA, Livia Maria Fraga. Agora seu filho entra mais cedo na escola: a criança de seis anos no ensino fundamental de nove anos em Minas Gerais. **Educ. Soc.**, v.27, n.96, p.775-796, out. 2006.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Contexto, 2004.

UNESCO. **Fontes para a Educação Infantil**. Disponível em: <http://www.fonteseducacaoinfantil.org.br>. Acesso em: 15 abril 2007.

VILAS BOAS, Sérgio. **O Estilo Magazine**. São Paulo: Summus, 1996.

VIVARTA, Veet (coordenação). **Cidadania Antes dos 7 anos: a educação infantil e os meios de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2003.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**, vol1.. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2006.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**, vol1. Brasília: MEC e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.



## **Pauta: Diminuição dos anos na Educação Infantil**

### **Histórico dos acontecimentos em questão**

Em 6 de fevereiro de 2006, foi aprovada no Brasil a Lei federal no. 11.274, que obriga crianças de seis anos a ingressarem no primeiro ano do ensino fundamental. Conseqüentemente, o ensino fundamental passa a ter nove anos de duração, alterando os artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no. 9394/96. O prazo instituído pelo governo é de que até 2010, todas as escolas – públicas ou privadas – já tenham aderido ao novo sistema.

### **Roteiro de perguntas essenciais que o texto deve responder**

- Por que diminuir os anos da educação infantil?
- Quais serão as conseqüências dessa nova lei para a Educação Infantil na opinião dos especialistas em educação, professores de educação infantil e pais de alunos.
- Quais mudanças serão feitas para que as escolas de Educação Infantil se adaptem às novas leis
- Quais mudanças serão feitas no ensino fundamental para receber adequadamente a criança de seis anos
- Quais são os pontos positivos e negativos da entrada da criança de seis anos no primeiro ano do ensino fundamental
- Quais são as dificuldades enfrentadas por escolas públicas para se adequarem à nova lei.
- Por que as escolas particulares tiveram mais facilidade em se adaptar
- Opinião de um psicólogo especializado na área escolar sobre a precocidade da alfabetização

### **Itens mais relevantes na perspectiva editorial adotada**

Caracterizar a nova lei, apontar seus pontos positivos e negativos e explicar as modificações e adaptações da reestruturação na Educação Infantil.

### **Fontes a serem consultadas**

- Márcia – responsável pelo departamento de Educação Infantil da Prefeitura de Bauru  
Contato: 3224-1834
- Beatriz Meirelles – Coordenadora Pedagógica do Colégio Dinâmico  
Contato: 3223-8181 ou 8138-9123
- Professora Sandra (EMEI Leila Cassab)  
Contato: 3313-6344

**Pauta: A inclusão na Educação Infantil****Histórico dos acontecimentos em questão**

A inclusão da pessoa portadora de necessidades especiais é uma discussão atual e freqüente nos dias de hoje. Algumas escolas regulares de Educação Infantil também são adeptas a inclusão, proporcionando a formação adequada para a criança especial e uma experiência única para as demais, tendo a chance de formar futuros cidadãos sem preconceitos e aptos a lidar com as diferenças.

**Roteiro de perguntas essenciais que o texto deve responder**

- Como receber uma criança com necessidades especiais na Educação Infantil?
- Os professores estão aptos a isso?
- Quais são as adequações necessárias para facilitar a inclusão?
- Como as crianças recebem o portador de necessidades especiais? Como elas reagem?
- Qual é a melhor forma de falar sobre as diferenças com crianças menores de seis anos?
- A criança pequena tem mais facilidade em aceitar as diferenças? Por que?
- Quais são os benefícios para ambas as partes?
- A criança que aprende a lidar com as diferenças desde cedo tem mais chances de se tornar um adulto sem preconceitos?
- Qual o papel da família neste aspecto?

**Itens mais relevantes na perspectiva editorial adotada**

Trazer o tema inclusão para a Educação Infantil apontando benefícios e problemas entre o convívio natural das crianças pequenas.

**Fontes a serem consultadas**

- Mariza Escobar (Secretaria da Educação) – 3226-3643 ou 9758-9042
- Professora Regina (EMEI Leila Cassab) – 3227-0544 ou 9704-9471
- Maria Luiza Ramos (Terapeuta Ocupacional) – 9792-8848

**Pauta: Discoteca na Escola****Histórico dos acontecimentos em questão**

Com a idéia de proporcionar uma comemoração diferente para o dia das crianças, uma escola municipal de educação infantil de Bauru criou a “discoteca pedagógica”. Montada dentro da casa de bonecas, a festa teve direito a músicas dos anos 70, 80 e 90 com muita luz e uma decoração especial. O estilo musical foi escolhido pensando em proporcionar as crianças o contato com diferentes gêneros e ritmos musicais. A discoteca foi idealizada pela equipe da escola e contou com o apoio dos pais de uma aluna, que se responsabilizaram pela decoração e seleção das músicas.

**Roteiro de perguntas essenciais que o texto deve responder**

- Como surgiu a idéia de fazer uma danceteria dentro da escola?
- O que foi necessário para colocar a idéia em prática?
- Os pais gostaram da idéia?
- Qual é a importância de atividades como essa dentro da escola?
- Quais são os benefícios da dança para o desenvolvimento da criança pequena?
- Opinião de um psicólogo sobre a atividade

**Itens mais relevantes na perspectiva editorial adotada**

Mostrar uma atividade diferente desenvolvida dentro da escola, aliando a diversão com a aprendizagem e o desenvolvimento da criança.

**Fontes a serem consultadas**

- Solange Santos – Diretora da escola – 3281-5174
- Marcelo Seraçoli – Pai responsável pela discoteca – 3203-2983
- Patrícia Maria da Silva Sanvezza – Psicóloga especializada em crianças – 3223-9740
- João Victor Ferreira dos Reis – Professor de educação física – 9133-1784

## **Pauta: Educação Infantil na mídia**

### **Histórico dos acontecimentos em questão**

De acordo com publicações da ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), os veículos de comunicação brasileiros estão se conscientizando da importância da cobertura de temas relacionados à educação. Porém, dados mostram que a Educação Infantil é um segmento o que recebe uma menor atenção da mídia. Não menos importante que as outras etapas, o tema é colocado em segundo plano, dando preferência à questões que envolvem vestibulares e ensino superior.

### **Roteiro de perguntas essenciais que o texto deve responder**

- Como a Educação Infantil é tratada pela mídia?
- Por que o espaço dedicado a esse nível de ensino é menor em relação aos outros segmentos da educação?
- Após as pesquisas, a ANDI pôde chegar a uma conclusão sobre os motivos da não valorização deste nível de ensino pela imprensa?
- Com o passar do tempo, a cobertura da educação de crianças até os seis anos evoluiu?
- Qual seria a alternativa para modificar este pré-conceito ainda existente nas redações sobre as pautas que envolvem a educação infantil?

### **Itens mais relevantes na perspectiva editorial adotada**

Mostrar como o tema Educação Infantil é tratado pela mídia, suas evoluções e como seria a cobertura ideal.

### **Fontes a serem consultadas**

- Guilherme Canela – Gerente do núcleo de qualificação e relações acadêmicas da ANDI – (61) 2102-6508 / (61) 2102-6550
- Danilo Rothberg – Professor de Jornalismo da USC – drothberg@usc.br